



ACÓRDÃO Nº8/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10968/2015.**
- 2- **Assunto:** Embargos de Declaração
- 3- **Embargante:** Felipe Antônio.
- 4- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 5- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Não Provimento. Determinação.

6- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, no sentido de:

- 6.1. **Conhecer** os presentes Embargos de Declaração do Sr. Felipe Antônio, Prefeito de Urucará, visto que o meio impugnatório em exame atende os parâmetros previstos no art. 148 e seguintes do R/ITCE;
- 6.2. **Negar Provimento** aos presentes Embargos de Declaração do Sr. Felipe Antônio, mantendo o Acórdão nº 54/2016–TCE–TRIBUNAL PLENO na íntegra, por ter aplicado corretamente o Direito;
- 6.3. **Determinar** a Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que cientifique o Senhor Felipe Antônio, por meio de seu patrono, para tomar ciência do Acórdão e, após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos arts. 159 e 160, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, adote as providências do *caput*, do art. 161, da referida Resolução.

- 7- **Ata:** 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 8- **Data da Sessão:** 31 de Janeiro de 2017
- 9- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
- 10- **Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral